

Titular do MEC não resiste às pressões após acusações de tráfico de influência, propina em ouro, Bíblias com sua imagem e "gabinete paralelo" na pasta envolvendo dois pastores

DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO DERRUBAM O MINISTRO MILTON RIBEIRO

INGRID SOARES

Brasília — O presidente Jair Bolsonaro encorajou, a pedido, o ministro da Educação, Milton Ribeiro. A saída do pastor foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). A permanência dele ficou insustentável após as denúncias de corrupção envolvendo outros pastores, como tráfico de influência, "gabinete paralelo" no MEC, propina em ouro e Bíblias contendo imagens de Ribeiro. A decisão de sua saída ocorreu após reunião com Bolsonaro na tarde de ontem, no Palácio do Planalto, quando ele entregou ao chefe do Executivo a carta de demissão. Pastor presbiteriano e professor, Milton Ribeiro estava no cargo desde julho de 2020, como quem nomeou a ocupar o MEC no governo Bolsonaro. O secretário executivo da Educação do MEC, Victor Godoy, assume a pasta.

"Tenho plena convicção de que jamais pratiquei qualquer ato de gestão que não fosse pautado pela legalidade, pela probidade e pelo compromisso com o erário. As suspeitas de que foram cometidos atos irregulares devem ser investigadas com profundidade", o pastor afirmou ainda que quando teve conhecimento da denúncia, em agosto de 2021, encaminhou o caso à Controladoria-Geral da União (CGU) para apuração. "Mais recentemente, solicitei também aquela Controladoria que auditasse as liberações de recursos de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que não haja dúvida sobre a lustração dos processos conduzidos. Cumprir e ressaltar que os procedimentos operacionais relacionados à liberação de recursos pelo FNDE não são de competência direta do ministro da Educação", disse também.

Segundo ele, o pedido de exoneração foi feito para que seja feita investigação do caso.

"Meu afastamento visa, mais do que tudo, deixar claro que quero uma investigação completa e honesta. Tomo esta iniciativa de coração partido. Prezo pela verdade e sei que a verdade requer tempo para ser alcançada. Sei de minha responsabilidade política, que nunca falarei de política. Minha decisão decorre exclusivamente de meu senso de responsabilidade política e patriotismo, maior que quaisquer sentimentos pessoais. Aguardo o desfecho de todos que me apoiaram nesta empreitada, deixando o compromisso de estar pronto, caso o presidente entenda necessário, para apoiar o mesmo. Vitoriosa caminhada", concluiu.

Mais cedo, em um rascunho da carta, Ribeiro encerrou suas declarações com um "até breve": "Não me despedirei, direi um até breve, pois de repente demorei a minha inocência estare de volta, para ajudar meu país e o presidente Bolsonaro na sua difícil mas vitoriosa caminhada", dizia a versão anterior.

Bolsonaro vinha resistindo a demitir Ribeiro, que era de sua esfera de confiança, mas foi convencido



O então ministro da Educação Milton Ribeiro em encontro com os pastores Arilton Moura (ao fundo) e Gilmar Santos

Reuniões com 44 prefeitos e evangélicos

CRISTIANE ROBERTO E TALIA MEDeiros

Brasília — Ao cumprir um "pedido especial" do presidente da República — como disse — o ministro da Educação, Milton Ribeiro se envolveu no que pode ser um grande escândalo de corrupção do governo de Jair Bolsonaro (PL): a denúncia de que pastores tinham antecedente preferencial na liberação de verbas da pasta para prefeituras. O caso virou alvo de investigação da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República e, nesta semana, Ribeiro terá de dar explicação na Comissão de Educação do Senado. A oitiva está marcada para quinta-feira.

De acordo com registros do Ministério da Educação, pelo menos 44 prefeitos foram recebidos por Milton Ribeiro em reuniões acompanhadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Em 15 meses, foram ao menos 19 registros públicos da agenda de Ribeiro em que constava a presença da dupla de religiosos.

Conforme as denúncias, Arilton Moura e Gilmar Santos teriam nas mãos o controle sobre as verbas destinadas a prefeituras via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Contudo, para que os repasses fossem feitos, ambos cobravam "apoio" nas construções de igrejas e exigiram propinas, entre R\$ 15 mil e R\$ 40 mil. Até um quilo de ouro teria sido negociado para que verbas chegassem às mãos dos prefeitos.

Ribeiro admitiu ter tomado ciência do esquema em 2021, mas somente há cerca de um ano — segundo afirma — reportou o caso à Controladoria-Geral da União. O órgão, por sua vez, só acionou a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) após as denúncias da imprensa.

A movimentação ocorria, principalmente por meio do FNDE, de transferir em dias maiores fatias do orçamento do ministério. Entre 2019 e 2021, o Fundo, ligado à pasta, recebeu mais de R\$ 50 bilhões por ano para custeio de creches e escolas, aquisição de ônibus escolares, construção ou reformas de quadras esportivas em escolas, compras de material didático, entre outros. A proposta de criação dessas atividades é feita pelas prefeituras anualmente, dentro das condições que o MEC exige. As medidas foram aperfeiçoadas, nos últimos anos, na tentativa de evitar fraudes.

Um dos 44 prefeitos que participaram dessas reuniões, Júnior Garimpeiro (PP), de Centro Novo (MA), já foi preso em uma investigação de garimpo ilegal, em setembro de 2021. Ele foi detido na Operação Curitiba, da Polícia Federal, que desarticulou quadrilha responsável por destinar extensas áreas de terra e transformá-las em garimpos. Antes de se entregar na Superintendência da PF em São Luís, Garimpeiro passou 13 dias foragido. Outro prefeito recebido pela dupla de pastores foi Gilberto Braga (PSDB), do município de Luís Domingues (MA). Em entrevista ao Estadão, Domingues afirmou que o pastor Arilton Moura teria pedido R\$ 15 mil antecipados e mais um 1kg de ouro para dar andamento às demandas da prefeitura junto ao Ministério da Educação. A conversa com o intermediador teria ocorrido em abril do ano passado. Conforme o gestor, os pastores não faziam nada escondido. "Ele (Arilton) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: 'Olha, para esse daqui, eu já mandei tantos milhões; para outro, tantos milhões'", relatou.

“Meu afastamento visa, mais do que tudo, deixar claro que quero uma investigação completa e honesta. Tomo esta iniciativa de coração partido. Prezo pela verdade e sei que a verdade requer tempo para ser alcançada”

TITULAR DO MEC NA GESTÃO BOLSONARO

Veja quanto tempo ficou cada um dos titulares do posto no atual governo

Ricardo Vélez 1º de janeiro de 2019 - 8 de abril de 2019		97 dias
Abraham Weintrub 9 de abril de 2019 - 19 de junho de 2020		437 dias
Carlos Decotelli 20 de junho de 2020 - 16 de julho de 2020 (não tomou posse)		5 dias
Milton Ribeiro 28 de março de 2022		620 dias

por aliados a tirá-lo do cargo por causa do sigiloso que poderia causar ao governo no ano em que vai tentar a reeleição. A saída de Ribeiro ocorre uma semana após denúncias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo de uma gravação na qual ele afirma que, a pedido de Bolsonaro, repassa verbas do MEC para municípios indicados pelo pastor Gilmar Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil Cristo Para Todos (Conimad), e Arilton Moura, assessor político da entidade. Os dois não têm cargo no governo federal, mas participaram de reuniões no ministério e tiveram encontros com Ribeiro e com Bolsonaro.

"Minha prioridade é atender primeiro aos municípios que mais precisam e são amigos do pastor Gilmar. (...) Foi um pedido especial que o presidente da República fez

para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar", afirma Ribeiro no áudio. Após a divulgação do áudio de Milton Ribeiro, prefeitos denunciaram pedidos de propina em dinheiro e em ouro em troca da liberação de recursos para os municípios. Bolsonaro chegou a afirmar, em sua transmissão ao vivo, na última quinta-feira, que "bota a cara no fogo" pelo ministro, mas diante da grande repercussão negativa, inclusive entre aliados, ele decidiu afastar o ministro da pasta.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), recorre ao Supremo Tribunal Federal (STF) levantando indícios de crimes de responsabilidade e pedindo o afastamento imediato do ministro. A ministra Cármen Lúcia, o STF, autorizou a abertura de inquérito a pedido da Procuradoria-Geral da República. Outro inquérito foi aberto pela Polícia Federal para apurar supostos repasses irregulares de verbas pelo

Ministério da Educação. Em reportagens apresentadas na Comissão de Educação do Senado, parlamentares de oposição queriam a convocação de Ribeiro para prestar esclarecimentos aos senadores, mas acabou recusando para comparecer, em data ainda não divulgada.

TROCAS O primeiro ministro da Educação foi o colombiano Ricardo Vélez, que ficou no cargo de janeiro a abril de 2019 e saiu depois que Bolsonaro disse que estava "bastante claro que não estava dando certo" o trabalho do então ministro na chefia da Educação. Segundo ele, estava "faltando gestão" na pasta depois de brigas internas. O ministro seguinte foi Abraham Weintrub, que ficou até junho de 2020, após muita polêmica, inclusive ataques a ministros do STF e à China.

O ministro indicado para substituir Weintrub nem chegou a tomar posse oficialmente. Carlos Decotelli ficou apenas cinco dias no comando do MEC, depois que seu currículo foi alvo de controvérsia. As universidades de Rosario, na Argentina, e de Wuppertal, na Alemanha, negaram que ele tivesse títulos de doutor e pós-doutor, respectivamente, pelas instituições. Decotelli alterou o currículo. Após a divulgação de que ele tinha falsificado o currículo, Bolsonaro desistiu de nomeá-lo e optou por Milton Ribeiro.

Agestão de Ribeiro se alinhava às orientações conservadoras de Bolsonaro e de evangélicos relacionados a uma pauta de costumes. A trajetória dele na pasta também foi marcada por polêmicas, que levaram inclusive a Procuradoria-Geral da República, a denunciá-lo por homofobia. Em entrevista em 2020, ele associou a homossexualidade a "famílias desajustadas" e chegou a dizer que adolescentes "optam por ser gays". (Com agências)

Braga Netto deixa Defesa na quinta-feira

Brasília — O general Walter Braga Netto deve deixar o Ministério da Defesa na próxima quinta-feira para ser o vice na chapa da reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Em reunião no Palácio do Planalto ontem, Bolsonaro se encontrou com os comandantes do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; da Marinha, almirante de esquadra Almir Garnier Santos; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, e com o auxiliar Pedro Cesar Sousa, subchefe para assuntos jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência.

Ministério da Defesa no mesmo dia. Já o posto do comando do Exército ficará a cargo do general Marco Antônio Freire Gomes, em solidariedade também prevista para o próximo dia 31.

Bolsonaro já adiantou que não terá mais como vice o general Hamilton Mourão, que deverá disputar um vaga no Senado. Dessa forma, abre caminho para Braga Netto, alinhado de primeira hora do chefe do Executivo. O atual ministro da Defesa, inclusive, endossa as críticas de Bolsonaro ao sistema de urnas eletrônicas e chegou a defender a impressão de voto nas urnas.

DAMARES ALVES A ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damare Alves, confirmou ontem que deixará a pasta até sexta-feira, prazo final da janela para troca de partido. Questionada por jornalistas, durante a chegada no Congresso Nacional, onde participou de audiência na Comissão de Direitos Humanos, sobre até quando será ministra, Damare respondeu: "Até o dia 31, 23 horas e 59 minutos. No dia 1º (de abril), a ministra já não é mais ministra", informou. Apesar de confirmar a filiação ao partido Republicanos, ela não indicou se disputará as eleições de 2022. "Mas não sei se será candidata e não sei aonde será candidata. Já tenho um partido e este é o primeiro grande passo", disse. (S)



O general Braga Netto é um dos auxiliares mais fiéis de Bolsonaro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3